



RELATÓRIO E CONTAS 2018





APRESENTAÇÃO DE CONTAS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Ano de 2018

Denominação: A LACOBRIGENSE ASSOCIAÇÃO SOCORROS MÚTUOS
Morada: Rua Adelina Glória Berger , lote 8
Código Postal: 8600-672 Lagos

Assinale com X os documentos que constituem a Conta

Balanço	X	Outras Modalidades	X
Demonstração de Resultados	X	Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	X
Resultados das Modalidades	X	Relatório	X
Valências	X	Parecer do Conselho Fiscal	X
		Acta da Assembleia Geral com a aprovação das Contas	X

A Direcção

Lagos, 04 de Março de 2019

Assinaturas:

Aprovado em Assembleia Geral

Lagos, 28 de Março de 2019

Assinatura do Presidente

Mário Miguel Pereira Guedes

Espaço reservado aos Serviços

	Dist.	Conc.	Nº.
cód.			

Parecer (a)

Em ____ / ____ / ____

Despacho

Em ____ / ____ / ____



ÓRGÃOS SOCIAIS



ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – Mário Miguel Pereira Guedes (Associado N.º 538).

1.º Secretário – Ana Luísa Viljoen Rodrigues (Associada N.º 1697).

2.º Secretário – João Paulo Telo Silva (Associado N.º 58).

Suplentes:

1.º Suplente – Arlindo de Jesus Barradas N.º 101).

2.º Suplente – Rui Manuel Vinagreiro Catarino (Associado N.º 1124).

DIRECÇÃO

Presidente – José Joaquim V. Martins Pereira (Associado N.º 197).

Secretário – Rui Filipe Machado Araújo (Associado N.º 2108).

Tesoureiro – Ana Teresa R. Oliveira (Associada N.º 1561).

Suplentes:

1.º Suplente – Ana Isabel Glória P. Arvelos (Associada N.º 1572).

2.º Suplente – Manuel A. Guerreiro Correia (Associado N.º 78).

CONSELHO FISCAL

Presidente – Jorge M. Matinhos Cristino (Associada N.º 6641).

Vogal – Clarence Laginha Correia (Associado N.º 1487).

Vogal – Fernando Ramos Bernardo (Associado N.º 1391).

Suplentes:

1.º Suplente – Paulo A. C. A. Castanheira (Associado N.º 1707).

2.º Suplente – Demóstenes A. Pico Mesquita (Associado N.º 160).



MENSAGEM DA DIRECÇÃO



Associadas e Associados,

Quando tomámos posse dissemos suceder a um conjunto de pessoas merecedoras de cumprimentos pelo trabalho desenvolvido onde, certamente, empenharam o seu melhor saber. Nada mais certo, pois deixaram bem alta a fasquia.

Do cancionero popular, "*Palavras leva-as o vento*", ao pensamento de Antoine de Saint-Exupéry "*Os actos valem mais que as palavras*", neste primeiro ano de mandato julgamos ter demonstrado ser possível ser ainda mais ambiciosos.

Herdámos estabilidade. Mantendo-a, queremos deixar modernidade e inovação, para melhor servir.

Acompanhando o crescimento de vendas na Farmácia e de prestação de serviços na Clínica, com a conseqüente subida de receitas, esta direcção tem sido capaz de enfrentar e resolver as inúmeras exigências e obstáculos que surgem diariamente. É importante evidenciar a importância de todos os associados e colaboradores na consolidação deste processo de crescimento sustentável de A Lacobrigense – ASM.

Foi nosso apanágio ao longo deste ano o aprofundamento da política de bom relacionamento institucional com entidades, não só locais, mas também regionais e nacionais, da área da economia social, sempre na defesa dos interesses mutualistas e na imagem da nossa Associação.

No que diz respeito à análise do Relatório e Contas de 2018, verificou-se que A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos, continua a evoluir de forma positiva no que diz respeito à sua situação financeira, que se apresenta cada vez mais estável.

O resultado líquido global do período, 149.130,64€, representa um aumento de 88%, quando comparado com o resultado líquido obtido em 2017 (79.349,05€).

Na Farmácia o resultado líquido foi de 244.891,52 €, o que representa um aumento de 7.208,60€ relativamente ao exercício de 2017, consequência directa do aumento das vendas.

Na Clínica o resultado líquido de -429,33€, reflecte o aumento global na prestação de serviços, mais impactante nas especialidades de Dermatologia, Cardiologia, Gastroenterologia e Medicina Física e Reabilitação. Verifica-se uma recuperação de 62.135,57€, relativamente ao ano transacto.

No que diz respeito à Associação que, pela sua natureza, apresenta sempre um saldo negativo, este tem o valor de -95.331,55€, muito próximo dos -95.768,97€ de 2017. No entanto, estamos atentos à diminuição dos valores das quotizações e jóias recebidos dos associados, acompanhado de um aumento significativo dos reembolsos.

Os resultados obtidos são, globalmente, bastante satisfatórios, reflectindo a adequação da linha de acção desenvolvida ao longo deste ano, nomeadamente ao nível do investimento em áreas clínicas específicas, dos procedimentos associados ao controlo de custos e da projecção da imagem da Associação.

É, pois, nossa intenção continuar o processo de crescimento sustentável, apoiado e participativo, com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço e apoio prestado aos associados e demais utentes, reforçando os princípios mutualistas subjacentes à A Lacobrigense – ASM.



RELATÓRIO DE ACTIVIDADE



Handwritten signature and initials in blue ink.

Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, a Direcção de “A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos”, vem submeter para apreciação o Relatório e Contas relativos ao exercício de 2018.

Actividades desenvolvidas em 2018

Associação

- ◆ Ao longo do ano de 2018, A Lacobrigense – ASM, continuou a apostar numa política de melhoria nos serviços fornecidos, nomeadamente naqueles prestados aos associados.
- ◆ No que diz respeito à gestão dos recursos financeiros, manteve-se a política de negociação com as instituições financeiras.
- ◆ Deu-se início à implementação de procedimentos contabilísticos conducentes à criação de centros de custos na valência Clínica. Pretende-se com este procedimento implementar um registo mais preciso da vida contabilística de cada especialidade médica. O objectivo desta medida é, não só a optimização dos recursos, mas também a definição e priorização de futuras acções, privilegiando as mais lucrativas e incentivando as outras.
- ◆ A introdução de procedimentos, por via informática, nos pagamentos, trouxe uma poupança significativa em termos de tempo e recursos.
- ◆ O ano de 2018 ficou marcado pelo início do processo de renovação/modernização da imagem da Associação, com o objectivo de a reposicionar junto à comunidade, de molde a valorizar a imagem, tornando-a mais atractiva, impactante e concorrencial.
- ◆ Ainda neste sentido, começaram a usar-se ferramentas publicitárias (anúncios) para projecção da Associação em novos ambientes, nomeadamente nas comunidades não portuguesas residentes no concelho e arredores, buscando novas parcerias.
- ◆ Outro assim, deu-se início aos procedimentos administrativos conducentes à regularização, nos edifícios ocupados, para cumprimento da legislação na área de protecção contra incêndios, com as consequentes adaptações físicas e documentais legalmente exigidas.
- ◆ A Lacobrigense – ASM fez-se representar nas reuniões promovidas pela RedeMut, Associação Portuguesa de Mutualidades, onde tem assento no Conselho Consultivo no triénio 2019-2021.
- ◆ Organizou-se uma conferência integrada nas comemorações nacionais da Semana do Mutualismo, em parceria com a RedeMut. Esta acção revelou-se bastante proveitosa no aprofundamento da política de bom relacionamento institucional com entidades, não só locais, mas também regionais e nacionais, da área da economia social, sempre na defesa dos interesses mutualistas e na imagem da nossa Associação.
- ◆ Os associados d’A Lacobrigense – ASM continuam a beneficiar do acordo com a empresa Reis Oliveira Ópticas, Lda, que tem como principal objetivo disponibilizar a todos os associados um leque de descontos nos produtos desta empresa, podendo ainda beneficiar de alguns serviços técnicos gratuitos.



◆ Mantem-se também o apoio jurídico aos associados, mensalmente, na última terça-feira de cada mês, com marcação prévia, nas instalações da clínica.

◆ Reforça-se também a protecção social garantida a todos os associados através da RedeMut. Destaca-se, entre outros, a Assistência Médica Nocturna. Com este serviço, o associado beneficia de aconselhamento gratuito por telefone, 24 horas por dia, e envio, se necessário, de um médico de clínica geral ao domicílio (entre as 20h00 e as 7h00 dos dias úteis e durante 24 horas aos Sábados, Domingos e Feriados). Este serviço inclui, também, o transporte de urgência gratuito para o hospital, quando determinado pelo médico.

◆ Presentemente, fazem parte da RedeMut – Associação Portuguesa de Mutualidades 21 associações:

A Benéfica e Previdente - Associação Mutualista;
A Beneficência Familiar Associação de Socorros Mútuos;
A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos;
A Mutualidade Popular - Associação Mutualista;
A Previdência Portuguesa - Associação Mutualista;
A Vilanovense - Associação Mutualista;
ASM João de Deus;
ASM Montepio Abrantino Soares Mendes;
ASM 4 de Setembro 1862;
ASM de Ponta Delgada;
ASM dos Empregados do Estado;
ASM Montepio de Nossa Senhora da Nazaré de Torres Novas;
Associação Mutualista da Freguesia do Vilar;
Casa da Imprensa Associação Mutualista;
CSC - Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio de Lisboa;
MONAF - Montepio Nacional de Farmácia, ASM;
Montepio Geral - Associação Mutualista;
Montepio Rainha D. Leonor Associação Mutualista;
MUSSOC - Associação Mutualista dos Trabalhadores da Solidariedade e Segurança Social;
Mutualidade da Moita - Associação Mutualista;
União Mutualista Nossa Senhora da Conceição - AM.

◆ Os associados destas associações podem usufruir dos benefícios que qualquer uma delas presta aos respectivos associados, sem qualquer custo acrescido ao que pagam na sua associação.

◆ A 31 de Dezembro de 2018 o número de associados é de 1412, tendo ocorrido ao longo deste ano, 10 novas admissões, 32 desistências e 8 falecimentos.

Farmácia

◆ A Farmácia Lacobrigense é cada vez mais uma farmácia de referência no concelho de Lagos, localizando-se numa zona de elevada densidade populacional da cidade.

◆ Em 2018 melhoraram-se as políticas de proximidade e introduziram-se mecanismos de facilitação no atendimento, tendo-se obtido uma melhoria significativa na qualidade dos serviços oferecidos aos associados e utentes em geral, reflectindo-se na diminuição do tempo de espera, sem prejuízo da qualidade dos serviços.



♦ Realce-se que, em 2018, a Farmácia Lacobrigense registou um total de **101963** atendimentos, o que dá uma média mensal de 8497 e diária de 279.

♦ Mantêm-se ao dispor dos utentes os serviços de determinação dos parâmetros bioquímicos, um meio complementar de diagnóstico importante na avaliação do seu estado de saúde. São eles: Colesterol Total, Glicémia, Hemoglobina, Risco Cardiovascular, Urina e Tensão Arterial.

Clínica

♦ A Clínica A Lacobrigense, enquanto prestador privado de cuidados de saúde, e integrada numa Associação Mutualista, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, apresenta uma enorme motivação em crescer, de forma sustentável, promovendo a prestação de um serviço de qualidade crescente aos seus associados e ao público em geral.

♦ A Clínica A Lacobrigense disponibiliza um vasto leque de especialidades clínicas, que vão desde a Clínica Geral e Familiar, Medicina Dentária, Dermatologia, Neurologia, Oftalmologia, Fisiatria, Terapia da Fala, Pediatria e Cirurgia Pediátrica, Alergologia/Pneumologia, Otorrinolaringologia, Nutricionismo, Ortopedia, Medicina Interna, Urologia, Neurocirurgia, Endocrinologia, Psiquiatria, Psicologia, Cardiologia, Ginecologia/Obstetrícia e Osteopatia, à Podologia.

♦ Além das consultas de especialidade, os associados e utentes em geral têm ao seu dispor serviços de enfermagem, análises clínicas, pequenas cirurgias, um centro de Fisioterapia e exames médicos nas áreas da Cardiologia (Holter, MAPA, Ecocardiograma, Electrocardiograma, Detetor de eventos), Gastroenterologia (Endoscopias e Colonoscopias) e Ginecologia/Obstetrícia (ecografias e ecografias a 3D, colocação de DIU, CTG).

♦ A Clínica disponibiliza ainda serviços ao domicílio, nas áreas da Clínica Geral, Enfermagem, Fisioterapia e Cardiologia (realização de alguns exames).

♦ O acordo de parceria com o Grupo HPA Saúde (Hospital Particular do Algarve) reflete o propósito de proporcionar aos associados os melhores cuidados de saúde diferenciados e de qualidade. Esta parceria permite aos associados usufruir, em todas as unidades desta instituição de saúde, dos mesmos descontos em especialidades e serviços de saúde, que a Clínica A Lacobrigense não dispõe.

♦ Presentemente, a Clínica A Lacobrigense dispõe de acordos em diversas especialidades com as seguradoras e subsistemas de saúde: AdvanceCare, Montepio/RedeMut, Multicare, SAD PSP, SNS (exames de Gastroenterologia), ADSE (análises clínicas – decorrente do acordo com a Aqualab, que proporciona este protocolo) e ADE-WDA.

♦ A aposta na inclusão de novas especialidades concretizou-se com a recente oferta da especialidade de Cirurgia Pediátrica.

♦ A renovação do gabinete de Estomatologia e a aquisição de equipamentos de diagnóstico para a Cardiologia constituem um foco de melhoria da qualidade e aumento da diversidade dos serviços oferecidos.

♦ A celebração de um acordo com o ACCD Andebol Clube Costa Doiro espelha a política de bom relacionamento e proximidade à comunidade local, numa tentativa de otimizar os recursos existentes ao serviço das necessidades da população.



Considerações finais

Pretende-se que A Lacobrigense – ASM continue no seu processo de crescimento sustentável e participativo. É importante salientar que o seu êxito depende de todos os seus funcionários, colaboradores, associados, órgãos sociais e também do público em geral.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501135677

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1 278 456,33	1 249 060,64
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		176,30	739,64
Investimentos financeiros		10 097,50	7 525,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		672 658,88	684 011,76
		1 961 389,01	1 941 337,04
Activo corrente			
Inventários		195 906,50	195 450,44
Créditos a receber		33 292,63	20 250,67
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		18 844,54	18 844,54
Gastos a reconhecer		7 564,59	8 201,12
Outros ativos correntes		122 312,95	126 421,72
Caixa e depósitos bancários		912 174,58	753 502,40
		1 290 095,79	1 122 670,89
Total do ativo		3 251 484,80	3 064 007,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		21 000,00	21 000,00
Excedentes técnicos		2 570 289,22	2 490 940,17
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-109 065,16	-115 669,45
Excedentes de revalorização		363 135,81	369 740,10
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		2 845 359,87	2 766 010,82
Resultado líquido do período		149 130,64	79 349,05
Total dos fundos patrimoniais		2 994 490,51	2 845 359,87
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		115 093,35	69 859,12
Estado e outros entes públicos		32 788,45	30 696,10
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Rendimentos a reconhecer		5 075,00	4 900,00
Outros passivos correntes		104 037,49	113 192,84
		256 994,29	218 648,06
Total do passivo		256 994,29	218 648,06
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 251 484,80	3 064 007,93

A Direcção

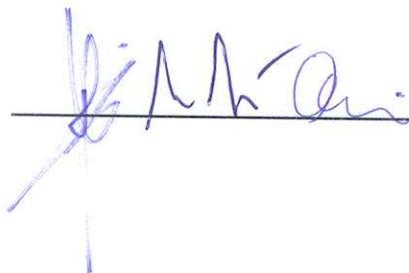
O responsável

A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501135677

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		3.448.272,64	3.229.082,74
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		1.980.298,45	1.927.168,41
Fornecimentos e serviços externos		668.718,10	570.096,89
Gastos com o pessoal		634.985,25	608.415,27
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		10.880,76	23.530,11
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		-1.072,50	-2.641,98
Outros rendimentos		164.690,00	149.506,13
Outros gastos		115.098,90	118.574,67
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		204.053,68	133.445,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		61.603,85	60.756,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		142.449,83	72.688,85
Juros e rendimentos similares obtidos		6.680,81	6.660,20
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		149.130,64	79.349,05
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		149.130,64	79.349,05

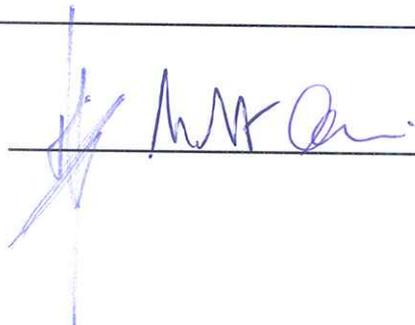



A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 VALÊNCIA: 9001 - ASSOCIAÇÃO

Contribuinte: 501135677

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		55.478,40	58.413,40
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		1.436,60	1.453,22
Fornecimentos e serviços externos		62.335,51	49.376,51
Gastos com o pessoal		47.348,07	55.832,48
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		-1.072,50	-2.641,98
Outros rendimentos		60.399,28	57.602,27
Outros gastos		92.654,63	99.013,94
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-86.824,63	-87.018,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		15.187,73	15.405,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-102.012,36	-102.424,17
Juros e rendimentos similares obtidos		6.680,81	6.655,20
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-95.331,55	-95.768,97
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-95.331,55	-95.768,97




A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501135677

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 90011 - ASSISTENCIA MÉDICA E COMPLEMENTAR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		19.414,80	20.447,60
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		0,00	0,00
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		38.811,44	41.203,46
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-19.396,64	-20.755,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-19.396,64	-20.755,86
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-19.396,64	-20.755,86
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-19.396,64	-20.755,86

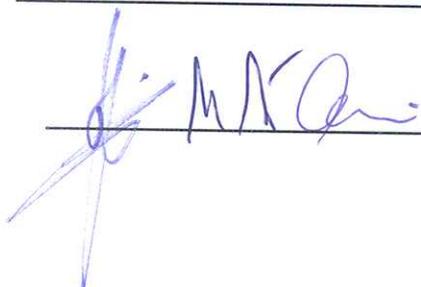
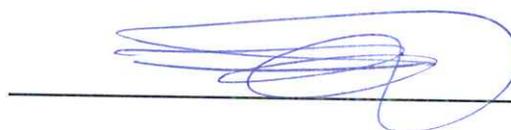



A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 VALÊNCIA: 90012 - ASSISTÊNCIA MEDICAMENTOSA

Contribuinte: 501135677

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		19.749,60	20.718,80
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		0,00	0,00
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		51.408,30	54.372,40
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-31.658,70	-33.653,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-31.658,70	-33.653,60
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-31.658,70	-33.653,60
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-31.658,70	-33.653,60

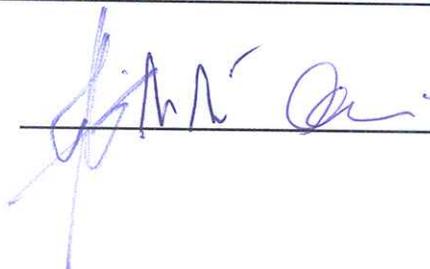
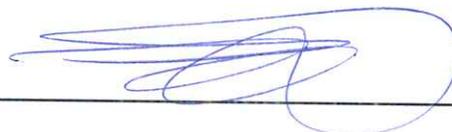



A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 VALÊNCIA: 90013 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

Contribuinte: 501135677

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		16.314,00	17.247,00
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		1.436,60	1.453,22
Fornecimentos e serviços externos		62.335,51	49.376,51
Gastos com o pessoal		47.348,07	55.832,48
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		-1.072,50	-2.641,98
Outros rendimentos		60.399,28	57.602,27
Outros gastos		2.434,89	3.438,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-35.769,29	-32.609,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		15.187,73	15.405,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-50.957,02	-48.014,71
Juros e rendimentos similares obtidos		6.680,81	6.655,20
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-44.276,21	-41.359,51
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-44.276,21	-41.359,51

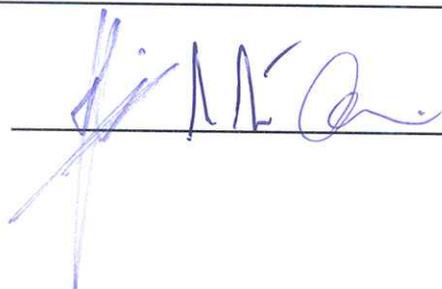



A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 VALÊNCIA: 9002 - FARMÁCIA

Contribuinte: 501135677

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		2.628.788,75	2.544.094,25
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		1.952.642,61	1.900.506,85
Fornecimentos e serviços externos		68.235,08	62.849,25
Gastos com o pessoal		403.999,57	382.043,68
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		10.880,76	23.530,11
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		84.374,24	91.886,58
Outros gastos		20.928,34	18.078,92
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		256.476,63	248.972,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		11.585,11	11.294,10
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		244.891,52	237.677,92
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	5,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		244.891,52	237.682,92
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		244.891,52	237.682,92

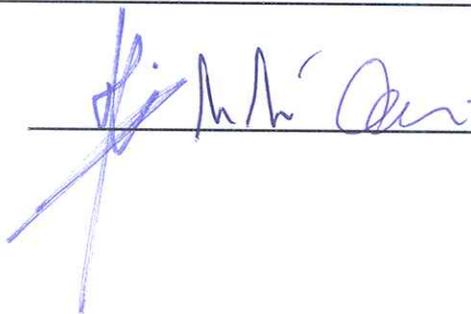
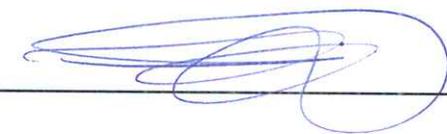



A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 VALÊNCIA: 9003 - POLICLINICA

Contribuinte: 501135677

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		764.005,49	626.575,09
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		26.219,24	25.208,34
Fornecimentos e serviços externos		538.147,51	457.871,13
Gastos com o pessoal		183.637,61	170.539,11
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		19.916,48	17,28
Outros gastos		1.515,93	1.481,81
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34.401,68	-28.508,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		34.831,01	34.056,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-429,33	-62.564,90
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-429,33	-62.564,90
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-429,33	-62.564,90



ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



A LACOBRIGENSE ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes Expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lacobrigense Associação de Socorros Mútuos (doravante designada por “Lacobrigense” ou “Associação”) constituída por alvará de 17 de julho de 1938, com sede na Rua Adelina da Glória Berger, Lote 8, Loja A/F, em Lagos, anteriormente denominada por “Compromisso Marítimo e Artístico de Lagos”, resultou da fusão, homologada por portaria de 29 de janeiro de 1932, do “Montepio Artístico Lacobrigense”, constituído em 15 de abril de 1855, com o “Compromisso Marítimo de Lagos”, antigo “Real Compromisso Marítimo de Lagos” e “Irmandade do Corpo Santo dos Mareantes e Pescadores da Cidade de Lagos”, confraria com Estatutos Setecentistas que datam de 15 de janeiro de 1749.

Trata-se assim de uma das mais antigas Associações nacionais e uma das mais prestigiantes no contexto do Associativismo do Município de Lagos.

A Lacobrigense é uma instituição particular de solidariedade social, reconhecida de pessoa coletiva de utilidade pública, que tem vindo a assegurar um apoio assistencial interno aos seus associados durante vários anos, constituindo um importante agente de desenvolvimento social na zona de Lagos.

Tal como consta nos seus estatutos, registados no Livro das Associações Mutualistas e Fundações de Segurança Social Complementar, sob o n.º 27/82, a folhas 22 verso, a Associação tem como finalidade o desenvolvimento de ações de proteção social complementar na área da Segurança Social, bem como promover outras ações nos âmbitos da Saúde e da melhoria de vida dos seus associados.

É entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras defletem de forma verdadeira e apropriada as operações da associação, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.



Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção em 04 de Março de 2019, para apresentação em Assembleia Geral.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2014, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro consignadas, respetivamente, nas Portarias n.º 105/2011 e 106/2011 e no Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março, os quais, no seu conjunto constituem o quadro normativo contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com a NCRF-ESNL.

3.2. Investimentos financeiros

Os investimentos noutras empresas por participação de capital são registados pelo custo de aquisição.

3.3. Propriedades de investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.



As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção de activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Associação espera incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos fixos tangíveis correspondentes a Edifícios e outras construções são registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo o seu valor contabilístico na data de relato ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. São efectuadas revalorizações com carácter regular e sempre que se verifiquem indícios de imparidade.



O aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, excepto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao activo não é reclassificado para resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração de resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível será determinado pela diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber a quantia escriturada do activo e será reconhecido em resultados no período em que ocorra o abate ou a alienação.



3.5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações financeiras

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, estão registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Locações operacionais

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

3.6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. As depreciações são reconhecidas pelo método das quotas constantes, durante a vida útil esperada dos activos intangíveis. As taxas de amortização utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Software	3



Sempre que exista algum indicador que os activos fixos tangíveis e intangíveis da Associação possam estar em imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um activo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

O valor recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do activo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na respectiva rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.7. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitem a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.



3.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;



Handwritten signature in blue ink

- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.9. Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Associação) são registadas às taxas de câmbio das taxas das transacções. Em cada data de relato os itens denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.10. Ativos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, de acordo com o previsto na NCRF 27-Instrumentos financeiros.



Os activos e passivos financeiros, são classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa do juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Os activos e passivos financeiros ao custo amortizado inclui clientes e outras dívidas de terceiros, caixa e equivalentes de caixa, outros activos financeiros, fornecedores e outras dívidas a terceiros e financiamentos obtidos:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais

perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem a activos que possam ser imediatamente imobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros, que incluem, essencialmente, empréstimos concedidos a participadas são registados ao

custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.



d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto de selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método da taxa de juro efectiva em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de Financiamentos obtidos.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros ao custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados, negativamente.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na Rubrica “Perdas por imparidade” no exercício em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a



reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Associação desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos aos quais a Associação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. A Associação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.11. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as vendas e prestações de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data do relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Associação;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção possam ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato possa ser mensurado com fiabilidade.



3.12. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Associação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido nas provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data do relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data. É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Associação desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afectados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam directamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as actividades correntes da Associação.

3.13. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos estão reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após o balanço ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.14. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.



As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e /ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

As estimativas e pressupostos significativos formulados direcção na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente:

- a) Análises de imparidade de participações financeiras;
- b) Registo de ajustamentos aos valores dos activos e provisões;

3.15. Política de gestão de riscos

A Associação, e em particular a direcção, dedicam grande atenção aos riscos subjacentes ao seu negócio. A gestão de riscos pretende assegurar a mitigação dos factores de risco que possam ter um eventual impacto ao nível da associação, possibilitando adicionalmente identificar oportunidades de melhoria ou de negócio.

A continuidade dos negócios depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo de riscos que podem materialmente afectar os seus activos (pessoas, informação, equipamento e instalações), comprometendo assim, os objectivos estratégicos delineados.

Tendo em consideração a actividade e a dimensão da Associação o sucesso na gestão de riscos depende da participação de todos os colaboradores. A direcção e os quadros dirigentes têm transmitido essa preocupação aos seus subordinados comunicando-lhes que a identificação e reporte de riscos associados à sua área faz parte integrante das suas funções.

A associação possui, no seu quadro de pessoal, de colaboradores com qualificações e preparação, quer académicas quer profissionais, específicas a cada função, que lhe permite uma actuação continuada, permanentemente enquadrada, informada e conhecedora no contexto das actividades que desenvolve.



4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2018 e 2017.



A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos

Demonstração dos fluxos de caixa		
Período findo em 31 de Dezembro de 2018	2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes e Utentes	3.570.738,96	3.316.339,88
Pagamentos de subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de apoios	-90.273,74	-95.575,86
Pagamentos de bolsas	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	-2.687.004,16	-2.569.563,80
Pagamentos ao pessoal	-525.136,29	-500.562,90
Caixa gerada pelas operações	268.324,77	150.637,32
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-44.539,07	-6.196,90
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	223.785,70	144.440,42
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-75.038,78	-124.382,36
Activos intangíveis	0,00	-528,90
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	9.925,26	10.381,41
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-65.113,52	-114.529,85
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuizos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	0,00	0,00
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	753.502,40	723.591,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período	912.174,58	753.502,40

A Direcção

O Contabilista Certificado



5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, as classe de activos “Edifícios e outras construções” e “Propriedades de Investimento” passaram a ser registada pelo método da revalorização conforme descrito nas notas 3.3 e 3.4 supra. Tendo em consideração que para esta classe de activos existe um mercado com liquidez suficiente de forma a poder ser encontrado o seu justo valor, este método reflecte com maior fiabilidade o valor dos activos da associação.

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2018							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Ferramentas Utensílios	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activo bruto:								
Saldo inicial	241.975,00	1.012.921,26	471.888,72	22.489,52		174.503,71	41.212,02	1.964.990,23
Aquisições		2.619,90	68.771,72			7.691,70		79.083,32
Anulação Amortizações Acumuladas								
Revalorizações								
Saldo final	<u>241.975,00</u>	<u>1.015.541,16</u>	<u>540.660,44</u>	<u>22.489,52</u>		<u>182.195,41</u>	<u>41.212,02</u>	<u>2.044.073,55</u>
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial		115.110,93	408.120,28	22.429,53		150.557,38	19.711,47	715.929,59
Anulação Amortizações Acumuladas								
Amortizações do exercício		23.490,82	19.259,51	12,00		6.644,25	281,05	49.687,63
Saldo final		<u>138.601,75</u>	<u>427.379,79</u>	<u>22.441,53</u>		<u>157.201,63</u>	<u>19.992,52</u>	<u>765.617,22</u>
Activo líquido	<u>241.975,00</u>	<u>876.939,41</u>	<u>113.280,65</u>	<u>47,99</u>		<u>24.993,78</u>	<u>21.219,50</u>	<u>1.278.456,33</u>



2017

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Ferramentas Utensílios	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activo bruto:								
Saldo inicial	241.975,00	884.925,00	431.098,78	22.489,52		155.050,40	41.136,04	1.776.674,74
Aquisições		127.996,26	40.789,94			19.453,31	75,98	188.315,49
Anulação Amortizações Acumuladas								
Revalorizações								
Saldo final	241.975,00	1.012.921,26	471.888,72	22.489,52		174.503,71	41.212,02	1.964.990,23
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo inicial		91.672,50	398.856,13	22.417,52		143.386,88	19.415,42	675.748,45
Anulação Amortizações Acumuladas								
Amortizações do exercício		23.438,43	18.264,15	12,01		7.170,50	296,05	49.181,14
Saldo final		115.110,93	417.120,28	22.429,53		150.557,38	19.711,47	724.929,59
Activo líquido	241.975,00	897.810,33	54.768,44	59,99		23.946,33	21.500,55	1.240.060,64

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foi realizado, por peritos independentes, um estudo de avaliação dos activos pertencentes à rubrica “Edifícios e outras construções” e “Outros activos tangíveis”. Como resultado dessa avaliação, a associação registou uma revalorização nas respectivas rubricas.

Vidas úteis e depreciação

Os activos fixos tangíveis são depreciados por duodécimos de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros activos fixos tangíveis	4 a 5



7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte

	2018			2017		
	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto:						
Saldo inicial	23.847,86		23.847,86	23.318,96		23.318,96
Ajustamentos de transição (Nota __)						
Saldo reexpresso						
Aquisições	0,00		0,00	528,90		528,90
Alienações						
Transferências						
Abates						
Outras variações						
Saldo final	23.847,86		23.847,86	23.847,86		23.847,86
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial	23.108,22		23.108,22	22.544,87		22.544,87
Ajustamentos de transição (Nota __)						
Saldo reexpresso						
Amortizações do exercício	563,34		563,34	563,35		563,35
Perdas por imparidade do exercício						
Reversões de perdas por imparidade						
Alienações						
Transferências						
Abates						
Outras variações						
Saldo final	23.671,56		23.671,56	23.108,22		23.108,22
Activo líquido	176,30		176,30	739,64		739,64



8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o movimento ocorrido em propriedades de investimento, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2018			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	185.250,00	566.451,00	751.701,00
Ajustamentos de transição (Nota ___)			
Aquisições			
Alienações			
Transferências			
Abates			
Anulação Amortizações Acumuladas			
Revalorizações			
Outras variações			
Saldo final	<u>185.250,00</u>	<u>566.451,00</u>	<u>751.701,00</u>
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial		67.689,24	67.689,24
Anulação Amortizações Acumuladas			
Amortizações do exercício		11.352,88	11.352,88
Perdas por imparidade do exercício			
Reversões de perdas por imparidade			
Alienações			
Transferências			
Abates			
Outras variações			
Saldo final	<u>0,00</u>	<u>79.042,12</u>	<u>79.042,12</u>
Activo líquido	<u>185.250,00</u>	<u>487.408,88</u>	<u>672.658,88</u>



2017

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial	185.250,00	566.451,00	751.701,00
Ajustamentos de transição (Nota __)			
Aquisições			
Alienações			
Transferências			
Abates			
Anulação Amortizações Acumuladas			
Revalorizações			
Outras variações			
Saldo final	<u>185.250,00</u>	<u>566.451,00</u>	<u>751.701,00</u>
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial		56.336,36	56.336,36
Anulação Amortizações Acumuladas			
Amortizações do exercício		11.352,88	11.352,88
Perdas por imparidade do exercício			
Reversões de perdas por imparidade			
Alienações			
Transferências			
Abates			
Outras variações			
Saldo final	<u>0,00</u>	<u>67.689,24</u>	<u>67.689,24</u>
Activo líquido	<u>185.250,00</u>	<u>498.761,76</u>	<u>684.011,76</u>



9. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante o exercício de 2018, foram oferecidas 405 acções da Farminveste SGPS

		2018	2017
Investimentos em subsidiárias	Método de Equivalência Patrimonial		
	Outros Métodos		
Investimentos em associadas	Método de Equivalência Patrimonial		
	Outros Métodos		
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	Método de Equivalência Patrimonial		
	Outros Métodos		
Investimentos noutras empresas			
	Carteira de Títulos ANF	8.597,50	7.525,00
	OPS - Fundo de Participação CEMG	1.500,00	0,00
Outros investimentos financeiros			
Perdas por Imparidade Acumuladas			
	Total	<u>10.097,50</u>	<u>7.525,00</u>

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Não houve gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, conforme mencionado em 3.8.

Impostos diferidos

Dada a isenção em sede de IRC descrita em 3.8. não houve activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017.



11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 as contas a receber da Instituição têm a seguinte composição:

	2018			2017				
	Valor bruto	Ajustamento	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Ajustamento	Imparidade acumulada	Valor líquido
Correntes:								
Cientes, conta corrente	59.325,87		-26.033,34	33.292,53	46.284,01		-26.033,34	20.250,67
Cientes, títulos a receber								
Cientes factoring								
Adiantamento a fornecedores								
Estado e outros entes públicos								
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/ doadores/associados/membri	18.844,54			18.844,54	18.844,54			18.844,54
Pessoal								
Devedores por acresc de rer	2.775,28			2.775,28	3.244,45			3.244,45
Outros devedores	378.981,04		-256.668,09	122.312,95	372.209,05		-245.787,33	126.421,72
	<u>459.926,73</u>	<u>0,00</u>	<u>-282.701,43</u>	<u>177.225,30</u>	<u>440.582,05</u>	<u>0,00</u>	<u>-271.820,67</u>	<u>168.761,38</u>

No exercício de 2018 foi constituída uma provisão de perda por imparidade na conta de outros devedores no valor total de 10.880,76€.

12. DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, as rubricas do activo corrente "Diferimentos" têm a seguinte composição:

	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Juros financiamento		
Imposto de selo de financiamento		
Subcontratos		
Trabalhos especializados		
Outros gastos a reconhecer	7.564,59	8.201,12
	<u>7.564,59</u>	<u>8.201,12</u>



13. Fundo Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2018, o Fundo Patrimonial era de 2.591.289,22 € Euros com a seguinte composição:

	2018	2017
Fundos:		
Obras de Arte	21.000,00	21.000
Fundo Próprio para Assist. Médica e Complementar	472.053,69	511.637,16
Fundo Próprio para Assist. Medicamentosa	527.138,04	565.445,63
Fundo de Administração	313.557,52	266.002,72
Fundo de Reserva Geral	1.257.539,97	1.147.854,66
	2.591.289,22	2.511.940,17

A Lacobrigense ASM tem 1412 associados.

14. RESERVAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017, não houve qualquer movimento na rubrica de reservas.

15. RESULTADOS TRANSITADOS

	2018	2017
Ajustamento de activos tangíveis	-84.054,44	-84.054,44
Ajustamento de depreciações	233.310,14	226.705,85
Rec de activos por devoluções mercadorias	12.973,59	12.973,59
Ajustamento saldo clientes	-24.156,36	-24.156,36
Imparidade Clientes	-18.990,73	-18.990,73
Imparidade Outros Devedores	-228.147,36	-228.147,36
	-109.065,16	-115.669,45



Cumpre referir que no ano 2016 foi constituída uma provisão de perda por imparidade, no valor de 108.147,36€ de outros devedores respeitante à dívida acumulada até 31/12/2015 proveniente de rendas em atraso cujo processo de tribunal teve sentença em Março de 2016, com ordem de despejo da loja arrendada à firma Nervo Óptico.

Por outro lado foi ajustado em depreciações o valor respeitante à reavaliação dos edifícios e outros ativos fixos tangíveis no valor de 6.604,29€, compensando assim positivamente a depreciação anual respeitante à parte que foi reavaliada.

16. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

Não houve movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, na rubrica “Excedentes de revalorização”.

17. PROVISÕES

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018, não houve qualquer movimento na rubrica de provisões, por não existirem quaisquer acções intentadas contra a instituição.

18. LOCAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2018 a instituição não detinha qualquer ativo em regime de locação financeira.

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica “Outras contas a pagar” tem a seguinte composição:



	2018	2017
Outras contas a pagar		
Remunerações a liquidar:		
Remunerações	65.790,71	61.584,16
Encargos s/ remunerações	14.671,33	13.733,28
Fornecedores de Investimento	817,95	1.954,59
Juros e Imp selo a liquidar		
Subcontratos		
Publicidade e propaganda		
Fornecimentos e serviços externos a liquidar		
Outras contas a pagar	22.757,50	35.920,81
	104.037,49	113.192,84

20. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro 2018 e 2017 a rubrica de Fornecedores tem a seguinte composição:

	2018	2017
Fornecedores, conta corrente	115.093,35	69.859,12
	115.093,35	69.859,12

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" têm a seguinte composição:

	2018	2017
	Passivo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas		
Estimativa de imposto		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	10.866,37	10.627,04
Imposto sobre o valor acrescentado	10.480,03	8.983,32
Contribuições para a Segurança Social	11.442,05	11.085,74
Outros impostos		
	32.788,45	30.696,10



22. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” tem a seguinte composição:

	2018	2017
Rendimentos a reconhecer	5.075,00	4.900,00
Juros a receber		
	5.075,00	4.900,00

23. PASSIVOS E ACTIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

A associação tem assumido responsabilidades por garantias bancárias prestadas a favor de terceiros (E.D.P) no montante total de 1.812,10 Euros.

24. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Associação nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 tem a seguinte composição:

	2018	2017
Vendas	2.627.529,25	2.544.121,85
Prestações de serviços	820.743,39	684.960,89
	3.448.272,64	3.229.082,74



M. J.
J.

25. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 tem a seguinte composição:

	2018	2017
Contratos de Assistencia Técnica	6.633,11	8.944,14
Serviços Médicos	153.084,10	103.503,41
Outros	55.019,36	35.383,34
Servicos Bancarios	11.649,97	12.917,06
Publicidade e propaganda	1.090,40	492,00
Vigilância e segurança	2.531,99	2.954,93
Honorários Médicos	276.452,22	244.616,67
Honorários Enfermeiros	12.448,50	12.265,50
Honorários Paramédicos	21.029,85	18.876,92
Honorários Administrativos	0,00	0,00
Honorários Outros Prof.Independentes	18.646,18	13.915,96
Comissões	0,00	0,00
Conservacao e repacao de edificios	0,00	3.840,77
Conservacao e reparacao de maqu./equipamento	1.744,92	10.831,30
Conservacao e reparacoes - Outras	6.910,92	2.257,54
Outros	487,05	0,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.880,68	757,37
Livros e documentação técnica	60,98	351,56
Material de escritório	10.758,71	11.899,72
Artigos para oferta	0,00	0,00
Electricidade	16.808,80	15.516,57
Outros Combustiveis	560,68	672,58
Água	3.020,93	3.583,09
Pessoal	368,71	783,76
Orgãos Sociais	0,00	0,00
Transportes de mercadorias	0,00	17,22
Rendas e alugueres	16.783,43	16.981,48
Telefone	8.112,81	8.685,63
Outras Despesas com Comunicação	4.855,27	4.577,49
De edificios	5.167,53	2.801,83
De Viaturas	477,92	510,37
De Venda de Mercadorias - Assoc.Nac.Farm.	0,00	0,00
Outros	1.252,96	2.874,42
Contencioso e notariado	0,00	0,00
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	4.649,99	5.712,90
Outros serviços	25.230,13	23.571,36
	668.718,10	570.096,89



26. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 tem a seguinte composição:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações Certas e permanentes	377.865,07	363.021,17
Subsidio de Ferias	32.895,36	30.792,08
Subsidio de Natal	31.933,31	30.654,85
Diuturnidades	9.886,53	9.350,18
Subsidios de Alimentacao	43.233,19	41.147,39
Horas Extraordinarias	23.740,83	21.061,84
Verbas para Representacao		
Ajudas de Custo		
Abono para Falhas	5.432,00	5.180,00
Gratificacoes	150,00	800,00
Prémios para pensões		
Outros beneficios		
Indemnizações	0,00	0,00
Seguranca Social	105.300,04	100.891,60
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	2.913,71	3.894,47
Subsidios a Cantinas e Refeitórios		
Subsidios a Descendentes e Outros Familiares		
Outros		
Complementos Subsidios de Doenca		
Complementos Pensoes		
Apoio Medico Medicamentoso		
Vestuario e Calçado		
Outros	1.635,21	1.621,69
	634.985,25	608.415,27

27. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 tem a seguinte composição:



	2018	2017
Outros Rendimentos e Ganhos		
Rendimentos suplementares	6.435,80	9.803,55
Descontos de pronto pagamento obtidos	75.125,97	81.896,81
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	60.200,00	57.600,00
Outros	22.928,23	205,77
	164.690,00	149.506,13

28. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 tem a seguinte composição:

	2018	2017
Outros gastos e perdas	17.637,52	17.874,67
Impostos	1.933,19	1.082,67
Taxas	166,49	439,98
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Outras Correções	4.499,73	2.816,21
Donativos	642,23	785,28
Assistência Médica Complementar	38.811,44	41.203,46
Assistência Medicamentosa	51.408,30	54.372,40
Outros custos inerentes a associados	0,00	0,00
	115.098,90	118.574,67

29. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

A rubrica de Gastos / reversões de depreciação e de amortização nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 tem a seguinte composição:



	2018	2017
Propriedades de Investimento	11.352,88	11.352,88
Activos fixos tangíveis	49.687,63	48.840,43
Intangíveis	563,34	563,34
	61.603,85	60.756,65

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 têm a seguinte composição:

	2018	2017
Juros obtidos:		
De depósitos	6.680,81	6.660,20
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	6.680,81	6.660,20

31. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 têm a seguinte composição:

	2018	2017
Juros suportados:		
Financiamentos bancários		
Locações financeiras	0,00	0,00
	0,00	0,00
Empréstimos obrigacionistas		
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Comissões e encargos similares		
Imposto do selo		
Outros financiamentos	0,00	0,00
	0,00	0,00



32. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direcção em 04 de Março de 2019.

A Direcção



Contabilista Certificado





PARECER DO CONSELHO FISCAL



A Lacobrigense — Associação de Socorros Mútuos

Rua Adelina da Glória Berger, Lote 8, Loja F
Tel. – 282 764 826 Fax – 282 769 626

8600 – 672 Lagos

Email – geral@alacobrigense-asm.pt

ACTA NÚMERO 10

--- Aos oito dias do mês de Março do ano dois mil e dezanove, pelas dezanove horas, nas instalações da Clínica de A Lacobrigense, sita na Rua José Francisco de Matos Nunes da Silva, lote cinco, loja A, em Lagos, reuniu nos termos do artº 37º do Estatutos, o Conselho Fiscal de A Lacobrigense – Associação de Socorros Mútuos com a presença dos seus elementos efectivos, Jorge Cristino – presidente, Clarence Correia – vogal e Fernando Bernardo – vogal, para nos termos do artº 38º, analisar e dar parecer sobre o Relatório e Contas da Direcção, relativos ao exercício de dois mil e dezoito (2018). -----

--- Estiveram também presentes, os elementos da Direcção, José Martins Pereira – presidente, Rui Araújo – secretário, Ana Teresa – tesoureira, Adélia Fuzeta – Gestora, o responsável pela contabilidade Marco Carreiro e ainda o funcionário da contabilidade Rogério Mamede. -----

--- Examinados todas as verbas e demais elementos contabilísticos, nos termos da alínea a) do artº 38º dos Estatutos, informamos que, depois de nos terem sido prestados todos os esclarecimentos pedidos, encontrámos tudo na devida ordem, não detectámos nenhuma anomalia nem qualquer violação da Lei e dos Estatutos. -----

--- As Contas da Direcção espelham o real resultado líquido positivo do período, que foi quase o dobro de 2017, com especial atenção à Policlínica que fez uma grande recuperação, bem como a boa e real situação patrimonial, que se situa num equilíbrio financeiro bastante satisfatório não merecendo da nossa parte qualquer correcção, assim como o Relatório que sendo objectivo e claro evidencia também o crescimento sustentável desta Associação. -----

--- A Direcção pela boa execução orçamental, pelo bom desempenho da sua actividade e pelos resultados obtidos mereceu deste conselho fiscal total aceitação e satisfação. -----

--- Face ao exposto, e em cumprimento da alínea c) do artº 38º dos Estatutos, o Conselho Fiscal é totalmente favorável à aprovação do Relatório e Contas do ano dois mil e dezoito (2018). -----

--- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta reunião pelas vinte horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os elementos deste Conselho Fiscal. -----

--- Jorge Cristino

--- Clarence Correia

--- Fernando Bernardo



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “A LACOBRIGENSE – Associação de Socorros Mútuos” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.251.484,80 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.994.490,51 euros, incluindo um resultado líquido de 149.130,64 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da Direção pelas demonstrações financeiras

A Direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividade nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

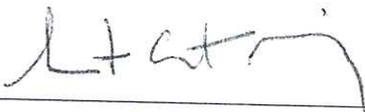
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividade com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório da Direção

Em nossa opinião, o relatório de atividade foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 11 de março de 2019



António Manuel Castanho Miranda Ribeiro (ROC 778)

Rua Rebelo da Silva, n.º 24,

2790 – 428 Queijas



A Lacobrigense - Associação de Socorros Mútuos

Mesa Sousa Marreiros
ADVOGADA

Csd. Prof. 18825L C. E. 209742828 1.ª Rep. Portimão
Urb. Alto Pechuço - Edifício Vintage, 49-C
8500-309 PORTIMÃO
Tel. 282 425 021 Fax: 262 425 023
E-mail: mesa.m.-10025L@adv.oo.pt

Assembleia Geral

1
B.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	ACTA Nº.	110
-----------------------------------	----------	-----

Data	Vinte e oito dias do mês de Março de dois mil e dezanove
Local	Salão Nobre da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Rua das Juntas de Freguesia em Lagos

Mesa da Assembleia Geral	
Presidente	Mário Miguel Pereira Guedes
1.º Secretário	Ana Luísa Viljoen Rodrigues
2.º Secretário	João Paulo Telo Silva

--- Na data e local supra indicados, reuniu a Assembleia Geral Ordinária, em segunda convocatória, pelas vinte horas e trinta minutos, com a seguinte ordem de trabalhos. -----
--- Ponto um: Apresentação, discussão e votação do relatório e contas e parecer do conselho fiscal referente ao exercício de 2018; -----
--- Ponto dois: Informações. -----
--- Após a leitura da ordem de trabalhos foi dada a possibilidade aos associados de tomarem a palavra. -----
--- Não havendo intervenções dos associados presentes o presidente da Mesa da Assembleia justificou a ausência da tesoureira e o presidente da direcção justificou a ausência do secretário, que, entretanto, conseguiu marcar presença. -----
--- Foi dada a palavra ao presidente da direcção que leu a mensagem da direcção, que consta do relatório de contas, acrescentando que os resultados são realmente positivos e reflectem quatro coisas: solidez da Associação, o desenvolvimento evolutivo da estabilidade adquirida ao longo dos últimos anos, com conseqüente envolvimento social, as condições gerais e aproveitamento que temos vindo a fazer da estabilidade herdada, o empenho, a disponibilidade e a vontade dos funcionários da Associação, dirigidos pela gestão anteriormente empossada. -----
--- O secretário prosseguiu depois à leitura do Relatório de Actividade, também constante do relatório de contas. -----
--- Após estas intervenções passou-se a palavra ao Conselho fiscal, na pessoa do seu presidente Jorge Cristino que procedeu à leitura do parecer do conselho fiscal. -----
--- Finda esta intervenção foi colocada à assembleia a decisão de se ler ou não o relatório da auditoria, disponibilizado já aos associados, sem haver associados que fizessem questão que este fosse lido prosseguiu-se para um resumo do relatório de contas pelo contabilista Marco Carreiro, que referiu que este ano a melhoria do resultado líquido se deve sobretudo ao resultado da Clínica. -----
--- O presidente fez questão de parabenizar os colaboradores da clínica, mas também da farmácia pelo modo como realizam o seu trabalho (simpatia e empatia), sendo que considera que também eles são responsáveis pelos bons resultados. -----
--- O contabilista Marco Carreiro prosseguiu abordando a rubrica patrimonial referindo-se à solidez da associação. -----
--- Foi oferecido aos associados a palavra para se pronunciarem acerca do até agora relatado. --
--- Tomou a palavra a associada Maria de Fátima Santinho, associada nº1852, referindo-se à sua história, e o modo como está agradada com o serviço prestado na clínica nas várias especialidades de que tem usufruído. -----



Assembleia Geral

- Tomou seguidamente a palavra o associado José Afonso, associado nº 1448, que referiu preocupação acerca das 32 desistências no passado ano. -----
- Respondeu o presidente da direcção, que referiu que sempre que existe um pedido de desistência procede-se a um contacto para aferir o motivo da sua desistência. Referindo que alguns associados acabam por se manterem, ao lhe serem recordadas as vantagens de se ser associado n "A Lacobrigense, ASM", culpabilizando o estado social na globalidade pelas desistências. Referiu que é uma preocupação da direcção que tem investido em publicidade, e na imagem da Associação, referindo que já existem alguns projectos de melhoria dos serviços oferecidos. -----
- Terminada esta intervenção foram colocadas à aprovação da assembleia os documentos acima lidos (Mensagem da Direcção, Relatório de Actividades e Relatório de Contas), tendo sido aprovados por unanimidade. -----
- Tomou novamente a palavra o presidente da direcção que referiu que a Associação tem bastante projecção, tanto assim que o jornal Público pretende fazer uma reportagem acerca desta associação. Dentro da temática dos associados o presidente refere preocupação pelo facto da fraca presença de associados numa assembleia com a importância que esta se reveste. ---
- Posto isto o presidente da mesa solicitou à direcção que se referisse a assuntos que foram abordados na assembleia anterior, o assunto relativo ao processo do Srº Amílcar Reis, e o assunto relativo à actualização dos estatutos de modo a dar resposta ao novo código mutualista. ---
- O presidente da direcção respondeu que o prazo do processo do Srº Amílcar Reis termina amanhã e que uma vez que não deram entrada até à data os valores devidos foram dadas instruções aos advogados que fizessem seguir o processo. -----
- O presidente refere ainda que há um outro processo relativo ao arrendamento do espaço ao "Nervo Óptico", que também se encontra entregue aos advogados. -----
- Quanto à entrada em vigor do novo CAM, já estão a ser redigidos os novos estatutos pela equipa jurídica, refere que solicitava ao presidente da assembleia que seja agendada uma assembleia geral extraordinária para aprovação dos novos estatutos, a ser agendada em fins de Maio, início de Junho, refere que há uma boa alteração que se refere ao facto de deixar de existir idade máxima para associado. -----
- Foi colocada a questão referente ao valor da jóia, que o presidente refere que o novo CAM deixa ao critério de cada associação. -----
- Foi dada novamente a palavra aos associados, não havendo intervenções deu-se por encerrada esta assembleia. -----
- Após a leitura da presente acta, a mesma foi colocada a aprovação, que foi aprovada por unanimidade. -----

Ana Luísa Lúcia da Silva